



Casa de Saúde Santa Marcelina - Hospital Santa Marcelina

CNPJ: 60.742.616/0001-60

Demonstrações Financeiras Correspondentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 - Em Reais

Balço Patrimonial		N.E	2025	2024
Ativo/Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa				
- Sem Restrição	3a	22.110.561	32.648.778	
Caixa e Equivalentes de Caixa				
- Com Restrição	3b	9.833.638	37.300.054	
Contas a Receber	4	97.802.246	97.810.960	
Outros Créditos	5	14.563.068	1.915.014	
Despesas Antecipadas	6	125.196	123.199	
Estoques	7	20.068.560	25.690.303	
Não Circulante		252.810.300	183.092.087	
Realizável a Longo Prazo				
Imobilizado - Sem Restrição	9a	1.793.418	1.112.403	
Imobilizado - Com Restrição NBC TG 07	9b	200.422.070	145.438.572	
Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06	10	48.863.281	33.291.234	
Intangível - Sem Restrição	11a	847.864	1.843.767	
Intangível - Com Restrição NBC TG 07	11b	779.888	1.347.288	
		103.779	58.823	
Total do Ativo		417.313.569	378.580.395	
Balço Patrimonial				
Passivo/Circulante				
Fornecedores				
Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06	10	44.069.173	35.038.764	
Obrigações Trabalhistas e Sociais	13	412.012	556.805	
Férias e Encargos	14	20.054.340	17.977.210	
Obrigações Tributárias	15	36.489.477	33.212.783	
Outras Contas a Pagar	16	7.122.155	6.340.146	
Receitas Antecipadas (CP)	17	11.693.557	12.443.699	
Verbas de Subvenções	18	5.269.064	5.452.557	
Não Circulante		91.317.900	73.813.571	
Receitas Antecipadas (LP)				
Recursos Aplicados em Imobilizado NBC TG 07	9b	12.916.413	11.889.691	
Recursos Aplicados em Intangível NBC TG 07	11b	48.863.281	33.291.234	
Direito de Uso - Arrendamento NBC TG 06	10	103.779	58.823	
Provisão para Contingências	18	499.798	1.373.364	
Patrimônio Líquido		178.728.434	167.430.572	
Patrimônio Social				
Ajuste de Avaliação Patrimonial	19	147.695.935	31.421.378	
Superávit/Déficit do Exercício		52.084.129	53.150.482	
		(21.051.630)	82.858.712	
Total do Passivo		417.313.569	378.580.395	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: O Hospital Santa Marcelina de Itaquera, matriz da Casa de Saúde Santa Marcelina, inscrito sob o CNPJ nº 60.742.616/0001-60, situado à Rua Santa Marcelina, nº 177, no bairro Itaquera, São Paulo - SP, CEP 08270-070, é a principal referência hospitalar da Zona Leste da capital paulista, com estrutura comparável aos melhores centros médicos do País, oferecendo atendimento a pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS), convênios e particulares. Com 64 anos de atuação, teve sua criação idealizada em 1958, com inauguração em 5 de agosto de 1961 e com cerca de 150 leitos. Atento ao crescimento populacional e a proporcional demanda pelo serviço público de qualidade na assistência à saúde, o Hospital ampliou suas instalações físicas construindo um novo prédio em 1994, anexo aquele inaugurado em 1961. O segundo prédio inteiramente dedicado à assistência, aumentou significativamente a capacidade de atendimento, ampliando para 671 leitos de internação, sendo 117 leitos de UTI. Atualmente o Hospital Santa Marcelina é classificado como Hospital de Referência Quaternária, apto a realizar atendimentos de alta complexidade em diversas áreas da medicina, destina cerca de 87% de sua capacidade operacional aos pacientes do Sistema Único de Saúde - SUS e atua em parceria com os governos Federal, Estadual e Municipal. Destaca-se como um importante centro de ensino e pesquisa, mantendo 42 programas de residência médica, multiprofissional e especialização, e constituindo um dos quatro "Plantões Controlados Universitários", instituídos pela Secretaria Estadual de Saúde de São Paulo implantados para atendimento dos casos de alta complexidade. Entre os serviços especializados podemos destacar o completo e avançado centro de diagnóstico por imagem, banco de sangue próprio e tratamentos avançados de câncer. Tem como grandes diferenciais o Tratamento para retinoblastoma, Unidade de Acidente Vascular Cerebral, Transplante de medula óssea e Transplante de rim. Percorrendo sua jornada, o Hospital Santa Marcelina segue em constante busca para cumprimento de sua missão, de cuidar e formar, sempre considerando os aspectos socioambientais e oferecendo respostas seguras e eficazes às necessidades de saúde da população. Guiada pelos princípios de acolhimento e dedicação à missão, a entidade objetiva promover iniciativas e ações inovadoras, sempre à frente do tempo, o que contribui para fortalecer a reputação junto à comunidade, parceiros e às autoridades públicas. Fundado no carisma e da prática contínua de seus valores, o Hospital Santa Marcelina tem desenvolvido seu trabalho, priorizando as diretrizes institucionais a seguir: 1 - Integração e sistematização da rede de assistência; 2 - Gestão da jornada do paciente; 3 - Linhas de cuidados integrados; 4 - Ênfase no Núcleo de Segurança do Paciente institucional; 5 - Telemedicina Integrada; 6 - Compromisso com o Desenvolvimento Socioambiental; e 7 - Estratégias para a Captação de Recursos. Neste cenário, tem dedicado e promovido esforços coletivos, de modo a garantir que a adesão à estratégia se traduza em um desenvolvimento conjunto e contínuo, refletindo o lema integrar para evoluir, que deve ser o motor de motivação de todos que atuam na instituição. **a. Certificações Públicas:** O Hospital Santa Marcelina, matriz da Casa de Saúde Santa Marcelina, entidade filantrópica sem fins lucrativos, reconhecida de utilidade pública pelas autoridades federal, estadual e municipal; é qualificado pelo governo do Estado de São Paulo como Organização Social de Saúde, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 14.132, de 24/01/2006 e do Decreto Municipal nº 52.858, de 20/12/2011, com vistas à formação de parceria entre as partes para fomento e execução de atividades na área da Saúde; e, certificado no Cadastro Único das Entidades Parceiras do Terceiro Setor - CENTS, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 52.830/2011 e pela Portaria 34/SMG/2017 que foi alterada pela Portaria 45/SEGES/2022 da Prefeitura do Município de São Paulo. O Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) da Casa de Saúde Santa Marcelina, foi deferido em 17 de novembro de 2023 através da portaria nº 959 de 13 de dezembro de 2023, com validade até o dia 31 de dezembro de 2024. A entidade protocolou em 17/09/2024, de modo tempestivo, o seu requerimento de renovação, conforme SEI nº 25000.139005/2024-38, em cumprimento ao que dispõe o § 1º do artigo 37, da Lei Complementar nº 187, de 17/12/2021, na qual prevê que "será considerado tempestivo o requerimento de renovação da certificação protocolado no decorrer dos 360 (trezentos e sessenta) dias que antecedem a data final de validade da certificação". O processo se encontra aguardando a manifestação do Ministério da Saúde - MS e até a presente data não foi concluído, estando a Entidade alcançada pelo disposto no §2º, do artigo 37, da Lei Complementar nº 187/2021, que estabelece: "A certificação da entidade permanece válida até a data da decisão administrativa definitiva sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado". **b. Áreas de atuação e objeto social:** O Hospital Santa Marcelina tem como objetivos básicos, sem visar lucro, prestar serviços na área da saúde por meio de atendimentos hospitalares e ambulatoriais, à pacientes de convênios médicos, particulares e ao Sistema Único de Saúde - SUS. **c. Manutenção financeira da Associação:** Os recursos financeiros necessários à realização dos objetivos sociais do Hospital Santa Marcelina são provenientes de: • Parcerias ou contratos firmados com entes públicos no âmbito federal, estadual e municipal, e pessoas físicas e jurídicas de direito privado; • Subvenções transferidas por entes públicos, nacionais e estrangeiros; • Rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros; • Receitas decorrentes de alugueres; • Usufútuos, doações, rendas, legados, heranças, patrocínios, prêmios e auxílios de qualquer natureza; e, • Outras receitas oriundas de atividades desenvolvidas para contribuir com a consecução das finalidades institucionais. **2. Principais Práticas Contábeis:** **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras, autorizadas para emissão em 14 de março de 2026, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem: as normas brasileiras de contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução nº 1.409 de 21/09/12, que aprovou a Norma ITG 2002 (R1) - relativa a Entidades Sem Finalidade de Lucros, e subsidiariamente a Legislação Societária. **2.2. Bases para elaboração:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com objetivo de fornecer informações relativas à totalidade das atividades operacionais da matriz Casa de Saúde Santa Marcelina. Foram elaboradas para todos os aspectos relevantes, observando as principais práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a ITG 2002 (R1). Estão demonstradas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade e foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma, quando mencionado e descrito a seguir. Resumo das principais práticas contábeis adotadas: **a. Caixa e equivalentes de caixa:** Incluem numerário em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou

Saldos em 31/12/2023		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido		Superávit/Déficit		Total do Patrimônio Líquido	
N.E	2023	Patrimônio Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Superávit/Déficit	2023	2024	2024
Movimentação do Período							
Incorporação ao Patrimônio Social do							
Superávit/Déficit do Ano Anterior		15.460.617		(15.460.617)			
Superávit do Exercício				82.858.712			82.858.712
Transferências Patrimoniais		(50.227.308)					(50.227.308)
Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.453.263		(1.453.263)			
Saldos em 31/12/2024	19	31.421.378	53.150.482	82.858.712			167.430.572
Movimentação do Período							
Incorporação ao Patrimônio Social do							
Superávit/Déficit do Ano Anterior		82.858.712		(82.858.712)			
Déficit do Exercício				(21.051.630)			(21.051.630)
Transferências Patrimoniais		33.469.492					33.469.492
Ajuste de Avaliação Patrimonial		1.066.354		(1.066.354)			
Ajuste de Exercícios Anteriores		(1.120.000)					(1.120.000)
Saldos em 31/12/2025	19	147.695.936	52.084.128	(21.051.630)			178.728.434

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstração do Resultado do Exercício		Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto	
N.E	2025	2024	2024
Receitas Operacionais			
Com Restrição			
Verbas Públicas			
20a	12.294.178	65.447.650	
Sem Restrição			
Assistência Médica e Hospitalar			
20b	636.101.391	621.864.950	
Doações			
20c	13.319.327	13.060.327	
Outras Receitas			
20d	16.835.260	19.385.286	
Reversão Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa			
20e		1.014.910	
Trabalhos Voluntários			
25	719.959	861.167	
Despesas Operacionais			
(703.308.578) (646.293.891)			
Pessoal e Encargos			
21	(337.100.076)	(325.365.705)	
Serviços Prestados por Terceiros			
22	(166.194.873)	(141.026.695)	
Medicamentos e Materiais			
23	(163.776.680)	(145.468.085)	
Administrativas e Gerais			
24	(5.661.076)	(6.629.426)	
Serviços de Utilidade Pública			
24	(13.511.123)	(13.686.313)	
Locações			
	(3.851.557)	(3.005.889)	
Tributárias			
	(143.094)	(131.939)	
Depreciação/Amortização			
	(10.352.188)	(10.118.672)	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa			
	(1.997.952)		
Trabalhos Voluntários			
25	(719.959)	(861.167)	
Superávit/Déficit Antes do Resultado Financeiro			
	(24.038.463)	75.340.399	
Resultado Financeiro			
26	2.986.833	7.518.313	
Receitas Financeiras			
	4.461.861	7.823.903	
Despesas Financeiras			
	(1.475.028)	(305.590)	
Superávit/Déficit do Exercício			
	(21.051.630)	82.858.712	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor; **b. Estoque:** O custo dos estoques, baseado no método da média ponderada móvel, estão demonstrados ao custo histórico ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. É avaliado com base no custo histórico de aquisição e acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques contabilizados não superam o valor de mercado; **c. Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados são avaliados pelo custo histórico, deduzidos de depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A entidade utiliza o método de depreciação linear definida com base na avaliação da vida útil estimada de cada ativo; **d. Direito de Uso decorrente de Operações de Arrendamento Mercantil - NBC TG 06 (R3):** De acordo com a determinação definida na referida norma, os arrendatários devem reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros a valor presente e no seu ativo o direito de uso do bem arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Foram utilizados os seguintes critérios práticos requeridos pela norma para efeito de escrituração contábil: 1. Taxa de desconto contida na última captação a mercado realizada pela Entidade, líquida da inflação dos últimos 12 meses; 2. Contratos inferiores a 12 meses e bens de baixo valor não foram considerados para fins de cálculo da norma; 3. A contabilização de pagamentos como despesas no caso de arrendamentos, cuja composição de valor dependa de variável; e 4. O cálculo da renovatória será considerado apenas quando a renovação for praticamente certa. A entidade não contabilizará como arrendamento os bens de baixo valor. De acordo com o Item B8 da NBC TG 06 (R3), exemplos de ativos subjacentes de baixo valor podem incluir computadores pessoais, tablets, pequenos itens de mobiliário de escritório e telefones. Será considerado bens de baixo valor, o ativo subjacente, com base no valor do ativo quando este é novo, independentemente da idade do ativo que está sendo arrendado. Quanto a determinação do valor para efeito de consideração de bens de baixo valor, a entidade tem como referência o documento *Effects Analysis* elaborado pela *IFRS Foundation*, ao descrever que, a IFRS 16 não exige que uma empresa escriture arrendamentos de ativos de baixo valor - por exemplo, arrendamentos de ativos, cujo valor do bem quando novo seja de US\$ 5.000 ou menos. Os bens contabilizados são reconhecidos a valor presente no grupo ativo imobilizado como Direito de Uso e, no passivo circulante em valores a curto prazo descontado o tributo e as taxas de juros e, no passivo não circulante em valores a longo prazo descontados as taxas de juros, porém o tributo será destacado somente a curto prazo por entendermos ser de natureza incidental e ter seu fato gerador quando do pagamento aos arrendadores pessoas naturais. O maior impacto se dá no aumento do endividamento a Curto e Longo Prazo e consequente queda do índice de liquidez corrente tendo em vista a contrapartida do passivo estar reconhecida integralmente no grupo do Imobilizado; e. **Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:** Constituída para valores a receber considerados de difícil recuperação; **f. Férias e encargos a pagar:** Foram calculados com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço, e incluem os encargos sociais correspondentes; **g. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes:** O reconhecimento, mensuração e divulgação das contingências são efetuadas de acordo com os critérios definidos na NBC TG 25 (R2); **h. Contas de resultado:** O regime contábil para apropriação das receitas e despesas é o de competência, exceto as receitas de doações e os rendimentos financeiros, que são registrados pela sua realização financeira; **i. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **j. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a entidade irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais, são reconhecidas como receita diferida no Balço Patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos respectivos ativos. Demais subvenções governamentais são reconhecidas como receita em base sistemática e racional confrontada com as despesas que pretende compensar desde que atendidas as condições normativas. As subvenções governamentais recebidas como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de fornecer suporte financeiro imediato a entidade, sem custos futuros relacionados, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas, conforme NBC TG 07 (R2); **k. Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração efetue estimativa e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, assim como os valores de receitas, custos e despesas. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisões para contingências, produção de serviços médicos e outros similares. A liquidação das transações envolvendo estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A entidade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente; e, **l. Reconhecimento dos trabalhos voluntários:** Conforme estabelecido na interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. Os trabalhos voluntários são reconhecidos no resultado do exercício como receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais. **3. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Estão representados substancialmente a saldos em caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de curto prazo, assim distribuídos:

(a) Sem Restrição	2025	2024
Descrição		
Caixas	2.369	1.700
Bancos	1.489	369.128
Aplicações Financeiras	22.106.703	32.277.950
Subtotal	22.110.561	32.648.778

Demonstração do Valor Adicionado		2025	2024
Receitas Operacionais Brutas			
Verbas Públicas			
	12.294.178	65.447.650	
Assistência Médica Hospitalar			
	636.101.391	621.864.950	
Doações			
	13.319.327	13.060.327	
Outras Receitas			
	16.835.260	19.385.286	
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Reversão (Constituição)			
	(1.997.952)	1.014.910	
Insumos Adquiridos de Terceiros			
(349.143.752) (306.810.519)			
Serviços Prestados por Terceiros			
	(166.194.873)	(141.026.695)	
Medicamentos e Materiais			
	(163.776.680)	(145.468.085)	
Administrativas e Gerais			
	(5.661.076)	(6.629.426)	
Serviços de Utilidade Pública			
	(13.511.123)	(13.686.313)	
Valor Adicionado Bruto			
327.408.452 413.962.604			
Depreciação/Amortização			
(10.352.188) (10.118.672)			
Valor Adicionado Líquido			
317.056.264 403.843.932			
Produzido Pela Entidade			
Valor Adicionado Recebido			
Em Transferência			
Receitas Financeiras			
	4.461.861	7.823.903	
Valor Adicionado Total a Distribuir			
321.518.125 411.667.835			
Distribuição do Valor Adicionado			
321.518.125 411.667.835			
Pessoal			
337.100.076 325.365.705			
Salários			
	297.474.145	286.174.915	
Benefícios			
	14.484.135	14.620.252	
FGTS			
	25.141.796	24.569.538	
Tributárias			
143.094 131.939			
Federais			
	51.858	34.149	
Estaduais			
	78.840	85.307	
Municipais			
	12.396	12.483	
Remuneração de Capitais de Terceiros			
5.326.585 3.311.479			
Despesas Financeiras			
	1.475.028	305.590	
Locações			
	3.851.557	3.005.889	
Remuneração de Capitais Próprios			
(21.051.630) 82.858.712			
Superávit/Déficit do Exercício			
	(21.051.630)	82.858.712	

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

(b) Com Restrição		2025	2024
Descrição			
Bancos			
	39.305	302	
Aplicações Financeiras - Verba de Custeio			
	950.708	11.483.010	
Aplicações Financeiras - Verba de Investimento			
	8.843.625	25.816.742	
Subtotal			
9.933.638 37.300.054			
Total (a + b)			
31.944.199 69.948.832			

* continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Casa de Saúde Santa Marcelina - Hospital Santa Marcelina

8. Realizável a Longo Prazo: Referem-se a créditos diversos de longo prazo e valores depositados em razão de processos judiciais, apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Descrição	2025	2024
Depósitos trabalhista	1.296.406	655.628
Depósitos Judiciais - Tributárias/Estadual	346.599	323.017
Depósito Judicial Município de São Paulo	138.316	121.660
Outros Créditos a Longo Prazo	12.097	12.098
Total	1.793.418	1.112.403

9. Imobilizado: Os ativos imobilizados são mensurados pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui seu preço de aquisição, acrescido de tributos sobre a compra e outros custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição de funcionamento. A depreciação se inicia quando o ativo imobilizado está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento e é calculada usando o método linear. As movimentações do imobilizado estão demonstradas a seguir:

Descrição	2024		Transferências		2025		Saldo Líquido
	Saldo Líquido	Aquisição	Entrada	Saída	Depreciação	Baixas	
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	26.931.440	3.695.700	799.568	(263.615)	(5.038.218)	(358.511)	25.766.364
Móveis e Utensílios	2.010.210	262.022	242.121	(242.122)	(476.159)	(7.116)	1.788.956
Máquinas e Equipamentos	1.496.129	251.335	485.335	(248.735)	(333.838)	(25.409)	1.624.817
Veículos	15.177	-	-	-	-	-	15.177
Instalações	2.599.635	411.313	589.916	(320.313)	(474.855)	(292)	2.805.404
Equipamentos de Informática	334.520	158.187	161.885	(161.885)	(165.116)	(2.800)	324.791
Aparelhos Odontológicos	25.033	-	-	-	(2.862)	-	22.171
Edificações Hospitalares	109.715.515	844.391	2.093.090	-	(3.183.233)	-	109.469.763
Terrenos ¹	24.863.120	9.071.019	-	-	-	(1.120.000)	32.814.139
Benefitorias em Imóveis	801.670	-	2.223.579	-	(94.823)	-	2.930.426
Imobilizado em Andamento	2.987.662	17.720.108	1.163.417	(2.205.573)	-	-	19.665.614
Obras/Reformas em Andamento	6.949.695	49.486.651	7.500	(4.324.168)	-	(61.949)	52.057.729
Total	178.729.806	81.900.726	7.766.411	(7.766.411)	(9.769.104)	(1.576.077)	249.285.351

¹ Baixa decorrente de ajuste de exercícios anteriores realizada diretamente no Patrimônio Social.

Descrição	2023		Transferências		2024		Saldo Líquido
	Saldo Líquido	Aquisição	Entrada	Saída	Depreciação	Baixas	
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	30.636.060	616.429	1.529.946	(435.952)	(5.019.877)	(395.166)	26.931.440
Móveis e Utensílios	2.351.804	155.163	155.163	(155.163)	(486.380)	(10.377)	2.010.210
Máquinas e Equipamentos	1.637.247	195.535	178.472	(178.472)	(326.233)	(10.420)	1.496.129
Veículos	15.177	-	-	-	-	-	15.177
Instalações	2.853.222	34.233	231.595	(34.233)	(482.844)	(2.338)	2.599.635
Equipamentos de Informática	445.354	90.623	89.030	(89.030)	(198.927)	(2.530)	334.520
Aparelhos Odontológicos	6.525	20.417	20.417	(20.417)	(1.909)	-	25.033
Edificações Hospitalares	100.929.278	4.616.895	7.638.047	(250)	(2.961.353)	(507.102)	109.715.515
Terrenos	24.863.120	-	-	-	-	-	24.863.120
Benefitorias em Imóveis	864.041	-	-	-	(62.371)	-	801.670
Imobilizado em Andamento ²	4.196.546	152.471	152.471	(1.513.826)	-	-	2.987.662
Obras / Reformas em Andamento	9.898.445	4.689.048	350.464	(7.988.262)	-	-	6.949.695
Total	178.696.819	10.570.814	10.345.605	(10.415.605)	(9.539.894)	(927.933)	178.729.806

² Em 2024 tivemos a transferência de R\$ 70.000 do Imobilizado em Andamento para o Intangível, por termos identificado que um dos bens adquiridos se tratava de software.

(a) Bens sem restrição:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	2025		2024	
		Saldo Líquido	Depreciação	Saldo Líquido	Depreciação
Bens de Uso Sem Restrição					
Edifícios	1,31% a 6,42%	118.820.683	117.586.655	117.079.566	116.881.567
Terrenos	-	32.814.139	24.863.120	24.863.120	24.863.120
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	4%	3.855.167	1.631.588	1.631.588	1.631.588
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	5,83% a 10%	21.577.813	23.004.351	23.004.351	23.004.351
Móveis e Utensílios	7,02% a 10%	5.021.593	4.930.912	4.930.912	4.930.912
Máquinas e Equipamentos	3,91% a 10%	4.196.194	3.794.614	3.794.614	3.794.614
Veículos	20%	150.638	150.638	150.638	150.638
Instalações	3,10% a 10%	8.397.030	7.768.097	7.768.097	7.768.097
Equipamentos de Informática	20%	2.195.274	2.097.901	2.097.901	2.097.901
Subtotal (a)		197.028.531	185.827.876	185.827.876	185.827.876
Obras em Andamento		51.799.040	4.987.554	4.987.554	4.987.554
Imobilizado em Andamento		650.038	286.861	286.861	286.861
Subtotal (b)		52.449.078	5.274.415	5.274.415	5.274.415
(-) Depreciação Acumulada		(49.055.539)	(45.663.719)	(45.663.719)	(45.663.719)
Subtotal (c)		(49.055.539)	(45.663.719)	(45.663.719)	(45.663.719)
Total Imobilizado Sem Restrição (a+b+c)		200.422.070	145.438.572	145.438.572	145.438.572

(b) Imobilizados com Restrição NBC TG 07:

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	2025		2024	
		Saldo Líquido	Depreciação	Saldo Líquido	Depreciação
Bens de Uso Com Restrição					
Edifícios	1,31% a 6,42%	18.783.018	17.079.566	17.079.566	17.079.566
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	5,83% a 10%	44.659.618	41.681.567	41.681.567	41.681.567
Móveis e Utensílios	7,02% a 10%	1.705.328	1.739.179	1.739.179	1.739.179
Máquinas e Equipamentos	3,91% a 10%	1.837.664	1.851.764	1.851.764	1.851.764
Veículos	20%	150.638	150.638	150.638	150.638
Instalações	3,10% a 10%	257.982	257.982	257.982	257.982
Equipamentos de Informática	20%	39.309	41.379	41.379	41.379
Subtotal (a)		67.282.919	62.651.437	62.651.437	62.651.437
Obras em Andamento		258.692	1.962.144	1.962.144	1.962.144
Imobilizado em Andamento		19.015.576	2.700.800	2.700.800	2.700.800
Subtotal (b)		19.274.268	4.662.944	4.662.944	4.662.944
(-) Depreciação Acumulada		(37.693.906)	(34.023.147)	(34.023.147)	(34.023.147)
Subtotal (c)		(37.693.906)	(34.023.147)	(34.023.147)	(34.023.147)
Total Imobilizado Com Restrição (a+b+c)		48.863.281	33.291.234	33.291.234	33.291.234

(c) Total Imobilizado (Sem Restrição + Com Restrição)

Descrição	Taxas Anuais de Depreciação	2025		2024	
		Saldo Líquido	Depreciação	Saldo Líquido	Depreciação
Bens de Uso					
Edifícios	1,31% a 6,42%	137.603.701	134.666.221	134.666.221	134.666.221
Terrenos	-	32.814.139	24.863.120	24.863.120	24.863.120
Benefitorias em Imóveis de Terceiros	4%	3.855.167	1.631.588	1.631.588	1.631.588
Aparelhos Médicos e Cirúrgicos	5,83% a 10%	66.237.431	64.685.918	64.685.918	64.685.918
Móveis e Utensílios	7,02% a 10%	6.726.921	6.670.091	6.670.091	6.670.091
Máquinas e Equipamentos	3,91% a 10%	6.033.858	5.646.378	5.646.378	5.646.378
Veículos	20%	150.638	150.638	150.638	150.638
Instalações	3,10% a 10%	8.655.012	8.026.079	8.026.079	8.026.079
Equipamentos de Informática	20%	2.234.583	2.139.280	2.139.280	2.139.280
Subtotal (a)		264.311.450	248.479.313	248.479.313	248.479.313
Obras em Andamento		52.057.732	6.949.698	6.949.698	6.949.698
Imobilizado em Andamento		19.665.614	2.987.661	2.987.661	2.987.661
Subtotal (b)		71.723.346	9.937.359	9.937.359	9.937.359
(-) Depreciação Acumulada		(86.749.445)	(79.686.866)	(79.686.866)	(79.686.866)
Subtotal (c)		(86.749.445)	(79.686.866)	(79.686.866)	(79.686.866)
Total Imobilizado (a+b+c)		249.285.351	178.729.806	178.729.806	178.729.806

10. Direito de Uso - Arrendamento Nbc Tg 06

Objeto do contrato	2024		2025	
	Direito de uso	Depreciação	Baixas	Direito de uso
Locações de Equipamentos	1.843.767	25.795	(477.876)	(543.822)
Total	1.843.767	25.795	(477.876)	(543.822)

Objeto do contrato	2023		2024	
	Direito de uso	Depreciação	Baixas	Direito de uso
Locações de Equipamentos	2.984.415	-	(680.854)	(459.794)
Total	2.984.415	-	(680.854)	(459.794)

PASSIVO		2025		2024	
Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total do Passivo	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total do Passivo
412.012	556.805	968.817	499.798	1.373.364	1.873.162

Os Bens de uso de arrendamento mercantil são lançados no grupo de imobilizado e reconhecidos segundo critérios no atendimento a NBC TG 06 (R3), conforme nota 2.2.d. 11. Intangível: Abrange ativos incorpóreos, classificados conforme NBC TG 04 (R4), com saldos assim representados:

Descrição	2025		2024	
	Saldo Líquido	Amortização	Saldo Líquido	Amortização
1.406.111	60.640	(30.320)	1.406.111	60.640
Total	1.406.111	60.640	1.406.111	60.640

Descrição	2023		2024	
	Saldo Líquido	Amortização	Saldo Líquido	Amortização
1.914.889	-	70.000	1.914.889	-
Total	1.914.889	70.000	1.914.889	70.000

¹ Em 2024 tivemos a transferência de R\$ 70.000 do Imobilizado em Andamento para o Intangível, por termos identificado que um dos bens adquiridos se tratava de software.

(a) Sem restrição

Descrição	Taxa de Amortização	2025		2024	
		Saldo Líquido	Amortização	Saldo Líquido	Amortização
Software	20%	3.068.750	3.068.647	3.068.647	3.068.647
(-) Amortização Acumulada		(2.288.965)	(1.721.359)	(1.721.359)	(1.721.359)
Total Intangível		779.785	1.347.288	1.347.288	1.347.288

(b) Com restrição

Descrição	Taxa de Amortização	2025		2024	
		Saldo Líquido	Amortização	Saldo Líquido	Amortização
Software	20%	100.217	70.000	70.000	70.000
(-) Amortização Acumulada		(26.656)	(11.177)	(11.177)	(11.177)
Total Intangível		73.561	58.823	58.823	58.823
Total Intangível (a + b)		853.346	1.406.111	1.406.111	1.406.111

12. Ativo Contingente: Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, uma vez que pode tratar-se de resultado que

nunca venha a ser realizado. Porém, quando a realização do ganho é praticamente certa, então o ativo relacionado não é um ativo contingente e o seu reconhecimento é adequado. Por conseguinte, disciplina a NBC TG 25 (R2) que, o ativo contingente deve ser divulgado em Nota Explicativa quando for provável a entrada de benefícios econômicos. Para os processos judiciais e administrativos em que a entidade figura no polo ativo da lide, nos termos do que dispõe a citada norma, e de acordo com a avaliação da probabilidade de ganho realizada pelos advogados externos que assessoram a instituição, em 2025 os ativos contingentes classificados como prováveis apresentaram os seguintes valores: R\$ 4.738.606 (Cíveis), e; em 2024, R\$ 2.208.027 (Cíveis) e R\$ 323.017 (Tributários).

13. Obrigações Trabalhistas e Sociais

Descrição	2025	2024
Salários a Pagar	15.397.794	13.893.943
Pensão Alimentícia	74.553	68.023
Rescisões a Pagar	394.929	

* continuação

27. Isenção Tributária: A entidade usufrui da isenção às Contribuições de Terceiros segundo disposto no artigo 3º, § 5º da Lei 11.457/2007. Trata-se de benefício fiscal, pois, podendo instituir e cobrar o tributo, ocorre uma renúncia fiscal por meio do instituto da isenção. Desta maneira, a fim de cumprir o item 27, "c" da ITG 2002 onde preconiza que, as demonstrações financeiras devem ser complementadas por notas explicativas que contenham relação dos tributos objeto de renúncia fiscal, abaixo segue quadro com as devidas informações:

Descrição	2025	2024
Base de Cálculo - Ordenados e Salários	292.646.171	273.800.119
Percentual de Contribuição	5,80%	5,80%
Valor da Contribuição	16.973.478	15.880.407

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras da Casa de Saúde Santa Marcelina - Hospital Santa Marcelina

28. Imunidade Tributária: A Casa de Saúde Santa Marcelina é uma entidade beneficente e filantrópica, que goza da imunidade aos Impostos nos termos do artigo 150, VI, "c" da CF/88, bem como da imunidade às Contribuições para a seguridade social disposta no artigo 195, §7º da CF/88. Para tanto a instituição cumpre integralmente com os requisitos para o gozo da imunidade previstos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, bem como cumpre com os procedimentos da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficiadas de assistência social. **29. Cobertura de Seguros:** A entidade adota medidas preventivas por meio da contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros. De acordo com o disposto no item 27 (i) da ITG 2002 (R1), seguem abaixo informações sobre os seguros contratados:

Modalidade	Valores Segurados	Vencimento
Seguro Predial	24.302.070	20/10/2026
Seguro Veicular ¹	100% da Tabela Fipe	03/05/2026

¹ Os seguros de veículos compreendem também coberturas de acidentes pessoais por passageiro (morte/invalidez), acessórios e danos a terceiros (moraís, materiais e corporais).

Diretora Presidente

Ir. Rosane Ghedin

Diretora Presidente

Contador

Rodrigo Ronald Henrique da Silva

Contador - CRC1SP290165/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

À Diretoria e Associadas da Casa de Saúde Santa Marcelina - São Paulo - SP. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Casa de Saúde Santa Marcelina, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Casa de Saúde Santa Marcelina em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros Assuntos: Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** **Demonstrações do valor adicionado:** Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras básicas requeridas no parágrafo inicial, tomadas em conjunto. Adicionalmente, examinamos a Demonstração do Valor Adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a qual está sendo apresentada com o propósito de permitir análises adicionais, não sendo requerida como parte das Demonstrações Financeiras básicas. Essas demonstrações foram sub-

metidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião estão adequadamente apresentadas em todos os aspectos relevantes, em relação às Demonstrações Financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras:** A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles

internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 24 de março de 2026. **Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S - CRC-2SP 15.753/O-0; José Luiz de Faria - Contador - CRC-1SP116.868/O-8.**

Seu balanço e atos societários no maior canal de transparência do Estado

Melhor custo-benefício entre os jornais de grande circulação

Publique no digital e receba a versão impressa sem custo adicional



Diário Oficial

